



INDEPENDÊNCIA E I REINADO – 1822-31

As medidas adotadas durante o Período Joanino, prepararam o Brasil para viver independentemente de Portugal.

A separação acelerou-se devido às desesperadas tentativas das cortes portuguesas no sentido do restabelecimento do Pacto Colonial.

A chamada “aristocracia rural”, ou seja, os grandes proprietários de terras e escravos, viram-se diante da perspectiva de voltarem a comerciar exclusivamente com Portugal, o que não lhes convinha.

Todavia, era preciso cuidar para que o processo de separação fosse o menos traumático possível, de modo a evitar a participação das camadas populares. Esta, sem dúvida, punha em risco a ordem social interna. Em outras palavras, o regime de trabalho escravo poderia acabar, caso a aristocracia perdesse o controle do processo político.

Isso explica a aliança com D. Pedro, príncipe regente de Portugal, filho do Rei D. João VI.

Caso a “independência” fosse proclamada, como acabou sendo, por D. Pedro, que era português e herdeiro do trono luso, não haveria reação interna da grande maioria dos portugueses. Sem essa reação, não haveria guerra, e sem guerra não haveria necessidade de um exército libertador, que incluísse a participação das classes inferiores. Sem qualquer tipo de participação, essas classes não teriam força para tentar alterar a ordem social, baseada na escravidão.

Fruto dessa aliança entre aristocracia rural e D. Pedro, nasceu a Monarquia Constitucional, fórmula política que garantiria a unidade territorial e a manutenção da escravidão.

Naturalmente, cumprido esse objetivo inicial, a aristocracia tentará enfraquecer a figura do Imperador, impondo-lhe uma Constituição, que lhe reduzisse o poder.

O projeto Constitucional, de autoria de Antonio Carlos, foi discutido entre abril e novembro de 1823.

Absolutismo X Liberalismo

O Imperador fechou a Assembléia Constituinte para não se tornar uma figura decorativa. Em 25 de março de 1824, D. Pedro outorgou ao país sua primeira Constituição.

Nela se mantinha o sufrágio censitário, que fazia parte do projeto de Antonio Carlos (o da Mandioca), mas criava-se um 4º Poder, o Moderador.

O Poder Moderador, que seria exercido pelo Imperador, além do Executivo, estaria acima de qualquer outro, constituindo-se, na prática, em um poder Absoluto.



Eis, pois, que durante o I Reinado, o clima político esteve marcado pela luta do Absolutismo - do Imperador, apoiado no chamado Partido Português -, e do Liberalismo, do chamado Partido Brasileiro.

Além desse clima político, o período foi também de crise econômica, pela falta de um grande produto de exportação, e de crise financeira, devido à baixa arrecadação e aos enormes gastos provocados tanto pela política interna quanto externa do Imperador.

O desgaste político do Imperador chegou às camadas médias urbanas, especialmente da capital do país. Os protestos populares do ano de 1831, levaram as elites – até aí numa atitude de oposição moderada – a agirem, antes que o avanço das manifestações populares, mais uma vez, pusesse em risco a ordem social escravista.

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro é forçado a abdicar.

Finalmente, o poder político no Brasil passava às mãos da elite econômica nacional. Nossa estrutura social permanecerá a mesma, nossa economia continuará agro-exportadora, sendo pois seu sentido decidido pelos centros econômicos mundiais – especialmente a Inglaterra – mas, as decisões sobre política interna serão tomadas, pela primeira vez, aqui dentro.